



UNIVERSIDADE PRESBITERIANA MACKENZIE FACULDADE DE DIREITO



EDITAL – CHAMAMENTO DO CURSO de EXTENSÃO E VIVÊNCIA EM REGULARIZAÇÃO
FUNDIÁRIA

CIDADES IRREGULARES | REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA URBANA

O Programa de Extensão MackCidade: Direito e Espaço Urbano apresenta à comunidade acadêmica e interessados externos o curso de Regularização Fundiária Urbana, que **será pré-requisito do projeto de extensão Vivência em Regularização Fundiária**. O presente edital define as regras para os interessados.

REGULAMENTO

OBJETIVO DO CURSO

Artigo 1º. O “Curso de Regularização Fundiária” objetiva o estudo do regime jurídico da regularização fundiária urbana vigente no país, especificamente no Município de São Paulo e a capacitação dos alunos para melhor entendimento teórico dos marcos legais desse processo: das leis de uso e ocupação do solo, estatuto da cidade, zoneamento, saneamento básico, loteamento, plano diretor e outorga onerosa do direito de construir, além de prévio conhecimento dos procedimentos administrativos da regularização fundiária, resultando e subsidiando a construção de um olhar jurídico crítico, para que possam posteriormente propor melhorias reais para os problemas identificados.

§1º. O Curso de regularização fundiária pretende ser ferramenta para clarificar a importância do processo de regularização fundiária urbana, sob aspectos jurídicos, físico e social, demonstrando que a partir dessa intervenção alcançam-se - além da própria regularização de habitações informais - melhorias ao ambiente urbano, resgate à cidadania e qualidade de vida da população beneficiária direta e indireta.

§2º. A segunda etapa, cujo pré-requisito é ter feito o curso, será a atuação em uma comunidade, onde haverá a prestação de informação sobre a regularização para os moradores do local a ser definido. O corpo discente terá a oportunidade de vivenciar os conceitos apreendidos e devolvê-los para a sociedade.

§3º. O local da vivência será definido posteriormente e todos os interessados serão convocados para participar. Os atendimentos ocorrerão em datas previamente agendadas e acontecerão nos finais de semana (sábado ou domingo)

ORGANIZAÇÃO E CRONOGRAMA

Artigo 2º. O curso será ministrado pela Faculdade de Direito da Universidade



UNIVERSIDADE PRESBITERIANA MACKENZIE FACULDADE DE DIREITO



Presbiteriana Mackenzie (FDUPM) e está ligado ao Projeto de Pesquisa “Prática em Regularização Fundiária”, o qual se vincula a linha de pesquisa “Cidadania modelando o Estado” e “Poder econômico e seus limites jurídicos”.

§1º. O curso será estruturado em 06 (seis) encontros de 03 (três) horas cada, resultando em carga horária total de 18 (dezoito) horas, podendo ser emitido certificado de participação (horas de extensão) se houver presença mínima de 80% (oitenta por cento) das aulas.

§2º. As aulas serão aos sábados quinzenais, das 9h30 às 16h30, com intervalo de 1 hora para almoço, **nas seguintes datas: 10 de março, 24 de março e 07 de abril.**

§3º. Para a obtenção do certificado será necessário a presença em 80% das aulas, sendo permitida somente a ausência em um períodos (manhã ou tarde) do total dos 3 dias encontros.

§4º. O certificado garantirá 10 horas de extensão, bem como garantirá a participação na segunda etapa que será a vivência que ocorrerá posteriormente conforme chamamento.

§ 5º. O projeto tem natureza contínua e novo curso com nova vivência acontecerá sistematicamente, conforme divulgação no momento adequado.

Artigo 3º. O curso tem abordagem multidisciplinar, com ênfase aos aspectos jurídicos e destina-se a todos interessados e envolvidos coma Regularização Fundiária de assentamentos urbanos, alcançando aos alunos que estiverem regularmente matriculados em qualquer curso de graduação da Universidade Presbiteriana Mackenzie, bem como a interessados na matéria não vinculados à universidade.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Artigo 4º. O curso abordará os seguintes conteúdos programáticos:

Aula 1 – Histórico da Urbanização no Brasil: desigualdade no acesso a terra urbanizada – O problema da moradia e a garantia Constitucional – A proliferação dos assentamentos informais – Política de desenvolvimento urbano (artigos 182 e 183 da Constituição Federal – Estatuto da Cidade – Lei de Parcelamento do Solo (Lei nº 6766/79).

Palestrante: Weber Sutti (Conselheiro Superior do Instituto dos Arquitetos do Brasil – Departamento de São Paulo – IABSP)

Aula 2 – Regularização fundiária e movimentos sociais - Apresentação da Lei 13.465/17



UNIVERSIDADE PRESBITERIANA MACKENZIE
FACULDADE DE DIREITO



– Aspectos gerais - Legitimação fundiária (novos instrumentos); a atuação da área técnica e a importância do saneamento básico junto com a regularização fundiária .
Palestrante: Luiza Lins Veloso (Coordenadora do Núcleo de Habitação e Urbanismo da Defensoria Pública do Estado de São Paulo)

Aula 3 - Modalidades de regularização fundiária e diferenças com a legislação anterior – Lei 11.977/2009 (minha casa minha vida) – Licenciamento urbanístico – Novos instrumentos (direito de laje e usucapião extrajudicial).

Palestrante: Rosane Tierno (Coordenadora de Relações Institucionais do Instituto Brasileiro de Direito Urbanístico – IBDU)

Aula 4 - As formas indiretas de regularização do solo urbano: usucapião, retificação de área, desapropriação – Aspectos Registrais da Regularização de Área – Competência das Varas de Registros Públicos da Capital.

Palestrante: Tânia Mara Ahuall (Juíza de Direito, Titular da 1ª Vara de Registros Públicos da Comarca da Capital)

Aula 5 – Lei 13.465/17 e seus reflexos no meio ambiente – Importante papel do Ministério Público - Consolidação de Ocupação em área de preservação permanente, área de proteção a mananciais e unidades de conservação – Termos de Ajustamento de Conduta – competência para o licenciamento.

Palestrante: Luis Felipe Tegen Cerqueira Leite (Coordenador do Centro de Apoio Operacional de Meio Ambiente, Habitação e Urbanismo da Promotoria de Justiça)

Aula 6 - Papel das ONGs na Regularização Fundiária: metodologia de trabalho do teto

Palestrante: Rafaela Alcântara (Advogada responsável pelo Jurídico Social do TETO)

INSCRIÇÃO

Artigo 5º. O curso terá 40 (quarenta) vagas para alunos e externos.

Artigo 6º. A inscrição será feita mediante preenchimento de formulário específico no link: <https://goo.gl/forms/38L8CcX33ojBplTv1> até o dia 2 de março de 2018.

§1º. Os nomes dos alunos inscritos no curso serão confirmados por e-mail informado no formulário de inscrição.

Lilian Regina Gabriel Moreira Pires
Professora da Faculdade de Direito
Coordenadora do MackCidade: Direito e Espaço Urbano



UNIVERSIDADE PRESBITERIANA MACKENZIE
FACULDADE DE DIREITO



Antonio Cecilio Moreira Pires
Professor da Faculdade de Direito
Grupo de Pesquisa Direito Administrativo Contemporâneo